

18 de Junho, e do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 6.º, e n.º 1 do artigo 8.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, será utilizado um método obrigatório e um facultativo.

10.1 — Assim serão utilizados os seguintes métodos obrigatórios:

Os candidatos com prévia relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável e que ocupem idêntico posto de trabalho nesta ARS, serão sujeitos a Avaliação Curricular;

Os candidatos em situação de mobilidade especial e os candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado que, cumulativamente, sejam titulares da categoria e que tenham exercido por último as actividades caracterizadoras do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento vai ser publicitado, serão sujeitos a Avaliação Curricular, excepto se afastada por escrito;

Os restantes candidatos realizarão uma Prova de Conhecimentos.

10.2 — A Prova de Conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas dos candidatos, necessárias ao exercício das funções descritas, com a duração máxima de uma hora, sendo necessário o conhecimento da seguinte legislação, que poderá ser consultada durante a prova:

Lei de Bases da Saúde — Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro;

Estatuto do Serviço Nacional de Saúde — Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, com as últimas alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 276-A/2007, de 31 de Julho;

Orgânica do Ministério da Saúde — Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 234/2008, de 2 de Dezembro;

Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I. P. — Decreto-Lei n.º 222/2007, de 29 de Maio, e Portaria n.º 651/2007, de 30 de Maio;

Regime jurídico da criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde — Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro;

Regulamento da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. — Regulamento n.º 325/2010, de 5 de Abril;

Regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas — Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 2 de Abril, e alterada pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro;

Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas — Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro;

Protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas — Lei n.º 4/2009, de 29 de Janeiro;

SIADAP — Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado 2009);

Tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem funções públicas — Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro.

10.3 — A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente, a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

10.4 — Os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores no método de selecção obrigatório consideram-se excluídos do procedimento, não lhes sendo aplicado o método facultativo.

10.5 — O método de selecção facultativo consiste na entrevista profissional de selecção, a realizar nos termos do artigo 13.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

A entrevista profissional de selecção visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais evidenciados durante a interacção estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

10.6 — A ponderação do peso de cada método de selecção na nota final é a seguinte:

- a) Prova de Conhecimentos/Avaliação Curricular — 70%;
- b) Entrevista Profissional de Selecção — 30%.

10.7 — As actas do júri, designadamente, aquelas de que constem os parâmetros de avaliação, a ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de classificação final, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

10.8 — A classificação final dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada

das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção, considerando-se excluído o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores em cada um dos métodos e na classificação final.

10.9 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será publicitada no *Diário da República* e disponibilizada na página electrónica deste Instituto, após homologação.

10.10 — Conforme disposto no n.º 1 do artigo 40.º da lei de Execução do Orçamento do Estado para 2010, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, os trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável que se candidatam a procedimentos concursais para ocupação de idênticos postos de trabalho da mesma entidade empregadora pública, para a prestação de cuidados de saúde primários têm preferência, na lista de ordenação final dos candidatos, em caso de igualdade de classificação.

11 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego: Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação

12 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público: Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), na página electrónica da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P. (www.arslvt.min-saude.pt) e em jornal de expansão nacional, por extracto.

Lisboa, 23 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.
203547682

Despacho (extracto) n.º 12647/2010

Por despacho da Vogal do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, de 14-06-2010, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna, nos termos do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a Ana Paula Cristina Figueiredo Cândido, Assistente da Carreira Médica de Clínica Geral, do mapa de Pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, Agrupamento da Grande Lisboa VII — Amadora, para o Agrupamento da Grande Lisboa XI — Cascais.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

25 de Junho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., *Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.

203545892

Despacho (extracto) n.º 12648/2010

Por despacho do Director Executivo do ACES da Grande Lisboa III — Lisboa Central, no uso da competência delegada, de 15/06/2010:

Maria Del Mar Villanueva Rofa, Enfermeira Graduada, do mapa de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E./Hospital D. Estefânia — autorizada para acumular funções na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP — ACES da Grande Lisboa III — Lisboa Central-Centro de Saúde de Alameda, em regime de 19 horas semanais, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, pelo período de um ano, eventualmente renovável, a partir de 1 de Julho de 2010.

Lisboa, 2 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. Rui Portugal*.

203547325

Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

Declaração de rectificação n.º 1567/2010

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 15155/2010 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho de 2010, rectificamos-se que onde se lê:

«16 — Composição do Júri.

Presidente: Rosa Maria Capelo Marques dos Santos, Técnica Especialista de Neurofisiologia, do mapa de pessoal do CHLN.

Vogais efectivos: Zulete dos Santos Bento Nunes Feijão, Técnica Especialista de Neurofisiologia do mapa de pessoal do CH de Barreiro/Montijo;

Isabel da Conceição Dias Escada, Técnica Especialista de Neurofisiologia do mapa de pessoal do IPO de Lisboa.

Vogais suplentes: Luís Manuel Brito Santos, Técnico de 1.ª classe de Neurofisiologia do mapa de pessoal do CHLC;

Maria Henriques Oliveira Carapinha, Técnica de 2.ª classe de Neurofisiologia do mapa de pessoal do CHLC.»

deve ler-se:

«16 — Composição do júri:

Presidente — Cristina Maria dos Santos Almeida, técnica especialista de radiologia do mapa de pessoal do CHLC, E. P. E.

Vogais efectivos:

Maria Margarida Menezes Finuras Monteiro, técnica principal de radiologia do mapa de pessoal do CHLC, E. P. E.

Ana Cristina Matos Pires, técnica de 1.ª classe de radiologia do mapa de pessoal do CHLC, E. P. E.

Vogais suplentes:

Ana Maria Ferreira Morais, técnica principal de radiologia do mapa de pessoal do CHLC, E. P. E.

Filomena Isabel Gonçalves Batalha, técnica especialista de radiologia do mapa de pessoal do CHLC, E. P. E.»

30 de Julho de 2010. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Isabel Paixão*.

203548338

Deliberação (extracto) n.º 1375/2010

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, de 22 de Julho de 2010, e precedendo procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 2081/2010, cuja lista de classificação final foi homologada em 31 de Maio de 2010 e publicada no *Diário da República* n.º 115, 2.ª série, de 16 de Junho de 2010, Aviso n.º 11970/2010, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para o lugar de assistente de psiquiatria, da carreira especial médica, área profissional hospitalar, com as médicas abaixo identificadas e para os postos de trabalho do mapa de pessoal do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, ao abrigo do previsto no Decreto-Lei n.º 177/2009, de 04/08, sendo posicionadas no escalão 1, índice 120, a que corresponde a remuneração mensal de mil oitocentos e cinquenta e três euros e noventa e cinco centimos (1853,95), a conjugar com os termos do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e das disposições da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a qual produz efeitos a 01 de Agosto de 2010:

Dra. Maria Helena Gonçalves Esteves;

Dra. Maria Isabel Rodrigues Ganhão.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Data: 29 de Julho de 2010. — Cargo: Conselho de Administração, Vogal Executiva, Nome: *Isabel Paixão*.

203546637

Hospital Distrital de Pombal

Aviso n.º 15534/2010

Procedimento concursal comum de recrutamento para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, na categoria de técnico de 2.ª classe de análises clínicas e de saúde pública.

“Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”

1 — Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro e da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Pombal, de 2010-05-20, na sequência do despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 2009/10/12, sobre o qual o Senhor Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, em 2009/10/14, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, concurso interno geral de ingresso, para provimento de um (1) lugar de técnico de diagnóstico e terapêutica de 2.ª classe de análises clínicas e de saúde pública, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado a constituir por contrato de trabalho em funções públicas, do Mapa de Pessoal do Hospital Distrital de Pombal.

2 — Validade do concurso — o presente concurso é válido para a ocupação do posto de trabalho referido, caducando com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — O presente concurso rege-se pelo estabelecido no Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, na Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, no Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro e pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

4 — Local de trabalho: Hospital Distrital de Pombal.

5 — A remuneração será fixada de acordo com a tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro e com a Portaria n.º 1553.-C/2008, de 31 de Dezembro.

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — Poderão candidatar-se ao presente concurso os trabalhadores com uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado ou encontrar-se em situação de mobilidade especial ou em situação de contrato de trabalho em funções públicas a termo determinado ou determinável, no âmbito do Ministério da Saúde, que até à data de abertura deste procedimento reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

6.2 — São requisitos gerais de admissão os previstos no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6.3 — São requisitos especiais de admissão ao concurso — possuir título de técnico de análises clínicas e de saúde pública nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, bem como cédula profissional.

7 — Métodos de selecção — Serão aplicados os métodos de avaliação curricular e entrevista profissional de selecção, conforme dispõem os artigos 56.º e 57.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

7.1 — A classificação final será a resultante da aplicação dos métodos de selecção, numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores. A classificação final resultará da média aritmética simples ou ponderada das classificações obtidas. Os critérios de valoração constarão da acta elaborada, para o efeito, pelo júri que será facultada aos candidatos que a solicitarem.

7.2 — Em caso de igualdade serão aplicados os critérios de preferência referidos no artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

8 — Conteúdo funcional — o constante na alínea *n*) do n.º 1 do artigo 5.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento, dirigido à Presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Pombal, em papel A4, solicitando a sua admissão ao concurso, podendo ser entregue directamente no Serviço de Pessoal do Hospital, ou remetido por correio registado, com aviso de recepção, para Hospital Distrital de Pombal-Serviço de Pessoal, Av. Heróis do Ultramar, 3100-462 Pombal, considerando-se, neste caso, apresentado se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado.

9.2 — As candidaturas são obrigatoriamente apresentadas em suporte de papel, não sendo admitidas as enviadas por correio electrónico.

9.3 — Requerimento — dele devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, naturalidade, residência, código postal, telefone, número e data da validade do bilhete de identidade ou cartão de cidadão) e situação militar;

b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço em que exerce funções. Referência ao aviso de abertura do concurso, mencionando o número e data do DR onde vem publicado;

c) Habilitações literárias e profissionais;

d) Identificação dos documentos que acompanham o requerimento;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal;

f) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso;

9.4 — O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) Documento comprovativo de posse dos requisitos gerais para provimento, previsto no n.º 6.2, ou declaração sob compromisso de honra, em alíneas separadas, da situação precisa relativamente a cada um dos requisitos gerais;

b) Documento das habilitações literárias e profissionais e cédula profissional da inscrição no Ministério da Saúde;

c) Declaração, emitida pelo serviço de origem, comprovativa do tempo de serviço prestado na carreira, na categoria e na função pública;

d) Três exemplares do *curriculum vitae*.